



# Asemana



SEXTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2007 • ANO XVII • Nº 825 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

## PAICV E MPD “FECHAM” CNE

Os negociadores do PAICV e do MpD chegaram ontem, finalmente, a um entendimento quanto à composição da nova CNE. Rosa Vicente, Maria João Novais, Hélio Sanches e Manuel Miranda, todos formados em direito, são os escolhidos. Num autêntico contra relógio, resta agora saber se ainda é possível fazer o recenseamento eleitoral geral a tempo de “apanhar” as eleições autárquicas de 2008, que devem acontecer em Abril/Maio. Pág. 2



## “Abuso Sexual” Filmado

Centrais

Chefe de esquadra de Porto Novo acusado de envenenar subalterno

Pág. 15

Chefe dos Correios de São Domingos foge com 2 milhões de escudos

Pág. 14

GARANTIA, a proteger o que há de mais valioso.

### Seguro de Vida Crédito Hipotecário

Um seguro específico para crédito habitação, que garante o capital em caso de morte ou invalidez da pessoa segura, até ao final do crédito. Está disponível para clientes de todos os bancos.



*Mais perto de si!*



## PARLAMENTO

**Os grupos parlamentares do PAICV e do MpD chegaram ontem a acordo quanto à composição da Comissão Nacional de Eleições, pondo assim termo às divergências que vinham impedindo, até agora, a reconstituição daquele órgão que supervisiona o processo eleitoral. Mas esta foi também a semana em que o Orçamento do Estado foi aprovado, na generalidade, com os votos favoráveis do PAICV.**

Por: JOSÉ VICENTE LOPES



## PAICV e MpD “fecham” CNE

Rosa Branco Vicente, Maria João Novais, Helba Pires, Hélio Sanches e Manuel Miranda, todos formados em direito, são os nomes indicados pelo PAICV e MpD para a formação da nova CNE. Depois disto, os cinco cidadãos vão passar por uma audição pela Comissão Especializada dos Assuntos Jurídicos e Constitucionais, do parlamento, devendo a sua eleição final, por maioria de dois terços, acontecer na plenária de 10 a 14 de Dezembro.

Sabido que o prazo para o recenseamento eleitoral geral termina a 31 de Dezembro, a grande dúvida agora é se ainda se vai a tempo de se proceder à recolha de dados dos eleitores para as autárquicas de 2008, que devem acontecer em Abril/Maio. A solução, segundo um dos envolvidos no processo, pode ter que passar por um reforço substancial das equipas que vão trabalhar no terreno para o recenseamento geral eleitoral, que vem substituir a base de dados de 1995, fonte de todas as polémicas em todos estes anos.

### ORÇAMENTO DE ESTADO

Com os votos favoráveis do PAICV (40) e contra do MpD (24) e UCID (2), o parlamento aprovou na terça-feira, na generalidade, o Orçamento de Estado para 2008. José Maria Neves enquadra esse OE na busca de um crescimento “forte e sustentado” da economia, de modo a melhorar o bem-estar dos cabo-verdianos. O MpD, através de Ulisses Correia e Silva,

acusou o governo de andar a fazer “publicidade enganosa” quanto à real situação económica e social do país. A UCID defendeu, por seu turno, um maior investimento na “condição humana” dos cabo-verdianos.

O OE de Cabo Verde para o próximo ano ascende a 44,6 milhões de contos, dos quais 27 milhões se destinam a despesas de funcionamento e 17,5 milhões de contos para despesas de investimento. A proposta do OE para o ano económico de 2008 permitirá a produção, pela primeira vez, de um saldo corrente primário positivo (6,4 milhões de contos), libertando assim recursos que poderão ser canalizados para o investimento público.

### TACV E BARCO-PATROLHA

Além de questões específicas referentes ao OE, vários outros temas vieram à colação no decorrer deste debate. Um deles é a TACV, cuja situação de agonia e descalabro, nos dizeres do MpD, preocupa a oposição. Respondendo a isso, o ministro das Infraestruturas, Transportes e Mar, Manuel Inocêncio Sousa assegurou que a TACV “não está em agonia e nem vai morrer”. Pelo contrário, acrescentou, Inocêncio “encontra-se em processo de expansão” com vista à sua privatização, que vai acontecer em 2008. “Para nós, apesar de todos os vaticínios catastróficos em relação à companhia, as nossas previsões continuam firmes”, afirmou.

Nada convencido, Ulisses Correia e Silva

desafiou aquele ministro a apresentar os números que sustentam a recuperação da TACV, já que os dados na sua posse apontam em sentido contrário, com elevada perda de passageiros e substancial redução de rendimento da empresa. Para o deputado ventoinha, ao contrário do que diz Inocêncio Sousa, a hora do balanço da reestruturação da TACV chegou e “esse balanço é negativo”, salientando que a “empresa está em situação de descalabro”. No fim, tudo acabou por se reduzir à palavra de um e outro interveniente. Da discussão resta esta garantia do responsável do MITM: “A TACV não será vendida a camaradas nem a preço de camarada”.

Além do OE, os deputados trataram, esta semana, de outros pontos da agenda. Na quarta-feira, o governo viu-se obrigado a suspender a proposta de lei sobre a alteração do imposto do selo, dado os sinais contrários do MpD. E sendo um diploma cuja aprovação carece de uma maioria de dois terços, a ministra Cristina Duarte retirou a iniciativa para uma melhor concertação com a oposição. Os deputados aprovaram, por unanimidade, a proposta de lei que estabelece o regime geral das taxas do Estado.

### PARCERIA

A plenária desta semana terminou, praticamente, com o debate, de urgência, solicitado pelo governo, sobre o acordo de parceria entre Cabo Verde e a União Europeia. No essencial, voltou-se a assistir à disputa da paternidade da

ideia, o que levou o ministro Victor Borges a propor “um teste de ADN” para tirar a limpo essa paternidade. Ironias à parte, o MpD entendeu também que o debate veio tarde, que se devia, desde o princípio, engajar o parlamento, em vez de colocá-lo perante o facto consumado do acordo.

Um outro questionamento veio de Rui Figueiredo Soares que numa intervenção de fundo, não fosse ele um ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, deixou a entender a existência de compromissos embutidos ou secretos no acordo de parceria. Aquele parlamentar voltou a questionar, também, as presenças de Cabo Verde na CEDEAO, facto que levou o primeiro-ministro a perguntar, no arremate final, sobre o verdadeiro posicionamento do MpD, já que o líder desse partido, Jorge Santos, ainda há poucos dias defendeu a nossa presença naquela região desde que salvaguardadas as suas especificidades como país arquipélago. “Vocês do MpD devem resolver essa questão a nível interno”, sugeriu.

Não tendo dúvidas quanto a essa matéria, JMN reiterou que Cabo Verde só tem utilidade internacional como país africano que é e o acordo de parceria vem, precisamente, valorizar a sua vocação de ponte entre África e a Europa.

Enfim, pese embora um ou outro ruído, prevaleceu nos participantes deste debate a oportunidade e a utilidade da parceria, na certeza de que se trata de uma vitória de todos os cabo-verdianos, independentemente do pai da “criança”.

## Cabo Verde na OMC: Só falta acto formal

O ministro da Economia anunciou ontem, em Pequim, a entrada de Cabo Verde na Organização Mundial de Comércio. “Podemos dizer que a partir de hoje está confirmada a entrada de Cabo Verde na OMC, acabámos há pouco as negociações”, afirmou Brito, à agência Lusa, nesta que é a primeira visita oficial de um ministro da Economia de Cabo Verde à China.

As formalidades burocráticas desta adesão à OMC continuam, no entanto, a decorrer e o anúncio oficial deverá acontecer em Dezembro. “Cabo Verde é um país que tem

vocação para ser global, não vamos olhar para Cabo Verde como um micro-mercado, mas sim na sua dimensão mais global”, observou José Brito.

Esta entrada para a OMC coincide com uma visita oficial de uma delegação cabo-verdiana integrada ainda pela secretária de Estado das Finanças, Leonesa Forte e Presidente da Câmara da Praia, Felisberto Vieira à China com o objectivo de “criar as bases para uma cooperação económica com a China, que tem acontecido sobretudo através da ajuda ao desenvolvimento”. A pesca, a construção e o turismo são

áreas de potenciais parcerias Cabo Verde-China.

Cabo Verde pediu a adesão à OMC em 1999 e desde então o caso cabo-verdiano está a ser analisado. Os representantes dos países-membros da OMC reuniram-se ontem em Genebra para analisar os acordos comerciais nas áreas de mercadorias e bens já assinados por este arquipélago com a União Europeia, EUA, Brasil e, mais recentemente (na última semana) com o Japão e o Canadá. Os mesmos representantes voltam a reunir-se a 06 de Dezembro para a conclusão formal do processo.



**SUPERCOMPRA**

Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda. Sempre Consigo



Rua Angola n.º 23 – S. Vicente  
Telef. 232 31 57 – Fax. 232 31 54  
Móvel. 997 98 53

Vídeos e fotos divulgados ilicitamente na Internet e em suportes informáticos continuam a provocar vítimas silenciosas em Cabo Verde. A mais recente novidade mostra três rapazes mantendo relações sexuais com uma moça aparentemente drogada, em Santiago. No Sal, seis mulheres, cujas fotografias andam a circular livremente, decidiram apresentar queixa contra o autor das imagens, que por sinal é funcionário de uma companhia de aviação. Um outro vídeo lançado em DVD retrata o momento íntimo entre um casal de lésbicas.

Crimes digitais, reais?!

Por: KIM-ZÉ BRITO



IMAGENS ÍNTIMAS CONTINUAM

# “Abuso sexual”

Um vídeo mostrando três rapazes mantendo relações sexuais com uma jovem aparentemente dopada é a mais recente “novidade” no capítulo da divulgação ilícita de imagens particulares, em Cabo Verde. As cenas, gravadas através de telemóveis, parecem indiciar um eventual crime de abuso sexual e, para piorar as coisas, estão a circular na cidade da Praia em suportes informáticos, como *pendrive*, *cd*, *ipod*... As cenas mostram que, durante vários minutos, os três rapazes mantiveram relações com a moça dentro de um carro e filmaram praticamente tudo, incluindo uma parte em que se vê sangue escorrendo das partes genitais da menina.

As imagens, que mostraram também os rapazes a introduzir uma garrafa e algo parecido com uma lata de “Red Bull” no ânus da moça, na perspectiva de algumas fontes que as visionaram, revelam cenas “chocantes”, uma situação especialmente “humilhante” para a moça, que parece estar dopada, sob o efeito de álcool ou de alguma droga. “Fico sem entender como tiveram a coragem de ter esse tipo de comportamento e, ainda por cima, permitir a divulgação das imagens que eles próprios fizeram”, comenta uma das fontes, para quem os rapazes parecem também estar sob a influência de alguma droga. “Mas nada que os tivesse impedido de fazer aquilo que fizeram.”

Para a moral pública, o vídeo constitui a prova de um crime de abuso sexual. Mas, a nível jurídico, as coisas podem ser interpretadas de um ângulo diferente, como alertou um jurista. “Um dos elementos de prova do crime de violação sexual é o exame ginecológico. Por aquilo que sei, o caso terá acontecido há cerca de dois

meses, e só agora as imagens chegaram ao conhecimento público. Duvido que a vítima tenha agido, em tempo, no sentido de demonstrar que foi violada pois, por aquilo que consta, houve uma tentativa de se abafar o caso”, explica o jurista.

Porém, um magistrado considera esta interpretação muito superficial. Como explica, o exame ginecológico é apenas um dos elementos de prova. “A prova, recorda o magistrado, é feita em sede de instrução do processo ou durante a audiência e julgamento. Vamos supor que os envolvidos acabem por confessar a violação!?”

Questionado se as filmagens podem servir de prova durante o julgamento, o referido magistrado admite essa hipótese, desde que, como diz, fique claro que a vítima foi obrigada a manter relações sexuais. “Se, por exemplo, ficar provado que a menina estava dopada antes de tudo ter início, o caso ganha maior gravidade e as filmagens podem constituir prova válida”, adianta.

Outro aspecto abordado com o mesmo magistrado tem a ver com a própria filmagem das cenas e a divulgação das mesmas. Na sua perspectiva, se a moça não tiver autorizado os colegas a filmá-la, tão-pouco a publicitar as cenas, o quadro poderá configurar um crime de atentado à intimidade da vida privada. Esse delito, segundo as suas palavras, é punível com pena de três meses a dois anos de prisão ou multa. “Mas a vítima pode ainda exigir uma indemnização pelos danos causados”, acrescenta. Para este magistrado, o atentado à intimidade da vida privada é um crime de natureza semi-pública – e não particular –, que obriga o Ministério Público a investigar o caso tendo por base denúncia apresentada pelo ofendido.

Contactado a propósito do conteúdo

das filmagens, um familiar da menina negou prestar depoimentos à imprensa mas assegurou a este semanário que vai fazer tudo para esclarecer os meandros do acontecimento e lutar por justiça. Questionado se já apresentou queixa às autoridades policiais, à Procuradoria ou entregou o caso nas mãos de algum advogado, evitou dar quaisquer dicas. Apenas assegurou a sua determinação em esgotar todos os meios legais disponíveis para colocar os responsáveis perante o poder judicial.

Por seu turno, a mãe de um dos rapazes contactada por **A Semana** tentou passar a ideia de que desconhecia completamente os factos em causa, numa altura em que o sucedido é tema de conversa em todos os recantos deste país. Mesmo perante o enquadramento do assunto por parte do jornalista, manteve uma calma fria, como se tudo não passasse de um acontecimento banal.

Parece pouco provável que esta ocorrência já tenha sido denunciada à Polícia Judiciária, na cidade da Praia. Dados avançados pela sede da PJ indicam o registo de sete denúncias feitas apenas entre 2004 e 2005 contra um indivíduo residente na cidade da Praia, suspeito de ter divulgado fotografias íntimas de um grupo de mulheres, sem consentimento. Pelos vistos, ainda não há registo de qualquer participação do género ocorrida este ano, muito menos nos últimos dois meses.

Os processos entrados na Judiciária foram, segundo o gabinete de comunicação da PJ, investigados e remetidos ao Ministério Público com a indicação de ficarem a aguardar por “melhores provas”. “Isto não quer dizer o arquivamento dos mesmos. Assim que surgirem novas provas, podem ser reabertos”, clarifica a instituição.

Hi5

O vídeo envolvendo os três rapazes e a rapariga parece ser uma gota no meio do oceano. Na verdade, a publicação de imagens do género entrou há muito tempo no estilo de vida desta geração digital. Graças à proliferação de telemóveis com câmaras incorporadas, *mp3*, *ipods*, *pendrives*, *dvd*, ficou mais fácil a circulação de imagens digitais, que são teoricamente mais confidenciais. Pura ilusão.

As fotos ou vídeos, uma vez gravadas, entram num circuito tal que não conhece limites. Por exemplo, fotografias relativamente “ultrapassadas” de algumas jovens residentes no Sal encontram-se ainda chapadas na Internet, para quem quiser acessar o Hi5. Estas imagens, que há muito constam de colecções pessoais de várias pessoas, mostram cenas explícitas de sexo oral, condimentadas com comentários, no mínimo, injuriosos para as visadas. É que, em abono da verdade, as grandes prejudicadas desse género de “brincadeira” são as mulheres, cujos rostos são sempre cuidadosamente focados nos enquadramentos.

Durante muito tempo, as vítimas negaram denunciar esses actos perante as autoridades policiais, imagine-se, com medo de verem a sua reputação manchada. Outras foram impedidas de agir por causa do tipo de relacionamento que mantêm ou mantiveram com o autor dos retratos. Mas, pelos vistos, as coisas começam a mudar de figura. Além das sete queixas registadas na sede da PJ entre 2004 e 2005 contra um único suspeito, entraram, este ano, mais algumas denúncias junto da inspecção da Judiciária no Sal.

Seis moças, cujas fotos andam a cir-



A CIRCULAR EM CABO VERDE

# l” filmado

cular por entre dispositivos informáticos, resolveram denunciar um indivíduo, por sinal funcionário de uma companhia de aviação. Segundo depoimentos de quatro das visadas, caíram na conversa mansa do suspeito e concordaram em fazer um conjunto de imagens provocantes, com a jura de que ninguém jamais teria conhecimento das mesmas. Mas, para espanto geral, a promessa foi água em balaio furado.

“G” sentiu a terra estremecer quando escutou pela primeira vez que as fotografias dela estavam a circular em CD’s e pela Internet. “Telefonei ao ‘D’ mas ele negou toda a responsabilidade. Veio com a desculpa de que alguém lhe roubara o seu pendrive mas não acredito nesta estória”, conta a moça, que mantinha um caso amoroso com o autor das fotografias. Foi com base nessa relação que aceitou expor o seu corpo.

A divulgação das imagens colocou a reputação de “G” abaixo de cão. Aliás, várias pessoas passaram a tratá-la como se fosse mesmo um membro da espécie desse animal. “Durante muito tempo, tive medo e vergonha de sair à rua. Andava praticamente só de táxi. Muitos amigos deixaram de frequentar o meu estabelecimento comercial por causa dessa brincadeira. Outras pessoas chegavam a ponto de me ofender com palavras duras, que ninguém gostaria de ouvir. A minha vida virou do avesso”, conta “G”. Cansada de pagar as favas, decidiu um dia procurar a Judiciária e denunciar o autor das fotografias, que considera ser o grande responsável dessa tramóia. O gesto de “G” serviu de incentivo a outras cinco colegas que foram também captadas pela máquina do referido fotógrafo.

As fotos, segundo o apurado, foram feitas nos meses de Fevereiro e Março de

2007, ainda no calor do Carnaval. As visadas asseguram que elas e o fotógrafo pertenciam ao mesmo grupo alegórico e que aceitaram posar com base na promessa de que o objectivo seria apenas fazer books de algumas meninas do grupo de Ribeira Funda.

“Quando ele nos convidou, não especificou que tipo de fotografias pretendia fazer. Aos poucos ele foi-nos convencendo a tirar mais uma peça de roupa”, recorda “J”, outra das “modelos” que acreditou nas promessas do fotógrafo. “Ele disse-nos que jamais poderia divulgar as fotos por respeito à sua namorada. Acreditámos.”

Até que um dia a “bomba” explodiu. “J” ficou estupefacta quando soube da notícia. “Fui logo à sua procura mas não o encontrei. Tempos depois, ele disse-me que emprestou o pen a um amigo que estuda no Brasil e que não sabe como as fotografias vieram parar cá fora”, conta a moça.

Nem mesmo uma prima do fotógrafo escapou aos fragmentos dessa “bomba”. “Ele sabia que eu queira fazer algumas fotos e convidou-me para posar, juntamente com outras amigas do nosso grupo de Carnaval. Começamos a fazer as fotos e, a dado momento, ele queria fazer sexo com todas”, revela a menina, assegurando que as imagens não têm nada a ver com pornografia. Apenas poses sensuais.

Quando “K” soube da novidade, não perdeu tempo em ir procurar o primo. “Quando o encontrei negou tudo, disse-me que isso seria impossível porque tinha descarregado as fotos no seu portátil e que o computador tinha sofrido uma avaria. Dias depois, vi as fotos com os meus olhos”, revela “K”, para quem o primo entrou várias vezes em contradição em relação a este assunto. “Às vezes diz que as fotos estavam

guardadas no seu portátil, outras diz que era num CD, depois diz que estavam numa pendrive que desapareceu...” Inconformada com esse procedimento, “K” seguiu as pisadas das restantes amigas e apresentou queixa junto da Polícia Judiciária.

Parte das fotografias tiradas por “D” encontram-se chapadas na Internet, acompanhadas de comentários injuriosos à imagem pública das visadas. Nalgumas situações, o nome do suspeito é mencionado, o que leva a pressupor que tenha sido outra pessoa a descarregar as imagens na net. Todas as tentativas de contacto com “D” revelaram-se infrutíferas.

## Seis minutos

Os últimos dois meses revelaram-se particularmente férteis em termos de “lançamentos” de “novos produtos” no mercado. Aliás, esta ameaça já tinha sido revelada por uma fonte contactada por este semanário aquando de uma reportagem, anterior, similar, que abordava esta mesma problemática. “Os próximos lançamentos serão vídeos em dvd”, assegurou na altura.

Não durou muito para surgir do canto um exemplar novinho em folha: um DVD que mostra um casal em pleno acto sexual e que está a circular principalmente nos meios estudantis. O vídeo demora cerca de seis minutos e já foi ironicamente apelidado de... seis minutos.

Pelo formato e qualidade das imagens, tudo indica que a cena foi filmada por uma câmara colocada num tripé. Pelos dados recolhidos junto de duas fontes, a filmagem foi feita em S. Vicente mas o casal, uma cabo-verdiana e uma estrangeira, será originário da ilha do Sal.

## Atentado à intimidade

A divulgação de imagens particulares, sem o consentimento de quem é fotografado ou filmados, começa a tomar o efeito de uma bola de neve, em Cabo Verde. Isto apesar dos avisos à navegação lançados por A Sema-na em duas reportagens elaboradas com o objectivo de noticiar a divulgação de determinados tipos de imagens e condenar esse procedimento.

Perante o crescimento desse fenómeno, a jurista Teresa Amado acha que as autoridades precisam começar a encarar esses sinais com mais cautela e seriedade, independentemente do carácter desse tipo de crime. “Independentemente de estarmos perante um tipo de crime semi-público, que exige a apresentação de queixa por parte da vítima, as autoridades precisam adoptar uma postura preventiva porque está em causa o direito ao bom nome das pessoas, consagrado na Constituição”, alerta a jurista, lembrando que a liberdade individual é um bem inalienável. Para Teresa Amado, aquilo que está em causa não é a fotografia ou a filmagem em si mas a divulgação das imagens sem o consentimento dos envolvidos.

Mas não falta quem aponte como causa de todos esses “podres” a perda substancial de valores na sociedade cabo-verdiana. “Que geração estamos a formar, que valores conseguimos transmitir aos nossos filhos porque eles se comportam pior que os animais? E o que a família diz a isso? Aliás, será que a família, a escola, a sociedade, já parou para pensar na formação que estão a dar aos filhos? Enfim, a Igreja, os sociólogos chegaram mesmo a falar sobre a sociedade em crise, onde a família ou dispensa os valores ou acha que ser “in” ou intelectual é privilegiar o Show, o material em detrimento da atenção, afecto, amor, responsabilidade. Famílias que enchem os filhos de dinheiro, dão-lhe a chave de casa e do carro e nem se preocupam com o que andam a fazer. Não sabem se se drogam, se fazem sexo como animais, nem mesmo como vai o seu estado físico e mental. É uma sociedade que precisa rever os seus valores para não se tornar uma sociedade doente, com uma geração hipotecada porque vale mais o ser”, comenta um padre católico.

KZB

O Supremo Tribunal de Justiça absolveu o presidente da Câmara Municipal do Maio, Manuel Ribeiro, das acusações que pendiam sobre o caso da venda de terrenos por aquela autarquia. Apesar de dar como provadas as ilegalidades cometidas por Manuel Ribeiro, o STJ entende que elas não são graves o suficiente para ditar a perda de mandato do edil. Esta era, recorde-se, a pretensão do Ministério Público que, no ano passado, recorreu da sentença do Tribunal da Comarca da Praia, na Primeira Instância e que no mesmo sentido do ora proferido acórdão do STJ.



## STJ absolve Manuel Ribeiro

Na altura, o juiz Sebastião de Pina, da Comarca da Praia, embora reconhecesse as "graves irregularidades" e "ilegalidades" cometidas por Manuel Ribeiro, considera que o visado não tirou proveito próprio delas, recusando assim decretar a sua perda de mandato, conforme o propugnado pelo Ministério Público. É esta mesma decisão que o STJ vem agora confirmar, por unanimidade dos três integrantes do júri, formado por Raul Querido Varela (relator), João da Cruz Gonçalves e Benfeito Mosso Ramos. Isto é, as ilegalidades e irregularidades cometidas por MR não são graves o suficiente para determinar a perda de mandato.

Aliás, num acórdão com quase 90 páginas (um dos mais extensos de que se tem memória em Cabo Verde), aquele colectivo coloca a si próprio a definição do que é "grave ilegalidade", por este ser um preceito não definido na lei cabo-verdiana. Mesmo assim, avança o acórdão que "ilegalidade grave é normalmente acto doloso sem causa justificativa". Mais, diz que não ficou claro que o réu tenha tirado proveito próprio dos actos de que é acusado.

"Não se provou, não se afirmou nem mesmo se insinuou que o requerido tivesse utilizado um centil (sic) em seu proveito pessoal", afirma o STJ. Pelo contrário, "a imagem que fica é de um edil que entre a penúria de recursos

financeiros e a pressão das necessidades colectivas dos munícipes, avança de olhos postos no interesse público e atropela algumas regras procedimentais e processuais sem intencionalidade".

O STJ adverte, todavia, que "certas práticas como doação de terrenos a vereadores, a concessão discricionária de descontos até 50% a membros da vereação e da Assembleia Municipal na venda de terrenos, o pagamento em espécie, os empréstimos contraídos junto dos particulares, não devem fazer escola na nossa administração autárquica e, por isso, o Tribunal não pode deixar de as censurar, embora no caso concreto, pelas razões expostas, não justifiquem a perda de mandato".

Este processo surgiu em 2005 numa denúncia de um grupo de cidadãos, através de **A Semana**, que revelaram como a CM do Maio se tinha se apossado dos seus terrenos e os vendera a terceiros. Na sequência disso foi realizada uma inspecção das Finanças que detectou diversas falhas na gestão de Manuel Ribeiro, sobretudo na venda de terrenos, públicos e privados, sem cobertura legal. Dessa venda resultou, conforme a inspecção, um prejuízo ao tesouro em mais de 100 mil contos, já que, além de pertencer ao domínio do Estado, os terrenos em causa foram vendidos abaixo do preço de mercado,

em alguns casos foram mesmo doados.

Diante da sentença do STJ não são poucos os cidadãos que se interrogam sobre se as ilegalidades e irregularidades cometidas por Ribeiro vão ficar impunes. No fórum de **asemanaonline**, onde a notícia aparece em primeira-mão, os comentários são dos mais diversos, prevalecendo a ideia de impunidade. Para um desses leitores, o acórdão do STJ "é um incentivo à prática de corrupção". E explica: "Fica agora claro que todos os autarcas podem vender os terrenos municipais como bem entenderem, mesmo que o resultado dessas vendas venha a entrar para as contas de cada um. É a lei da selva. Um país praticamente europeu; um país que todos os anos sobe no ranking mundial do desenvolvimento humano; um país que dá cartas em África em todas as frentes, mas que, pasmem, fomenta a corrupção com o apoio descarado de instituições que deveriam zelar pelo rigor, transparência e justiça da coisa pública. Ai Cabo Verde!"

Em quase 20 anos de municipalismo democrático, esta foi a primeira vez que um presidente de Câmara foi levado a tribunal em Cabo Verde pelos seus actos. Um dos mais antigos autarcas do país, Manuel Ribeiro é candidato, pela quarta vez à sua sucessão, nas autárquicas de 2008. Concorre na lista do MpD.

## Chefe dos Correios de São Domingos foge com mais de dois mil contos

O chefe da estação dos Correios de São Domingos, ilha de Santiago, Óscar Nunes, encontra-se ausente do seu posto de trabalho desde o dia 16 de Novembro último. Pelas informações chegadas a esta redacção tudo indica que o chefe da estação poderá ter abandonado o país rumo a Dacar, Senegal, no sábado, 17, com mais de dois mil contos no bolso. Esta quantia, ao que conseguimos apurar, terá sido desviada de um fundo dos correios, que é transferido para as estações conforme a densidade populacional de cada zona e se destina ao pagamento dos pensionistas.

Segundo informações apuradas por "A Semana", os rumores de que alguma coisa estranha pudesse estar a acontecer na estação dos Correios de São Domingos, ilha de Santiago, alertaram a direcção da empresa, que rapidamente decretou uma inspecção aos chefes da referida estação. Só que o chefe da estação foi mais rápido ainda, sabendo que a equipa inspectiva devia chegar a São Domingos na segunda-feira, e resolveu sair do país no sábado, dia 17, portanto dois dias antes. É que, talvez avisado por alguém ou diante da suspeita de que as suas "falcatruas" pudessem ser descobertas, Nunes desapareceu

de circulação e tudo indica que tenha viajado para Dacar.

O mais grave, de acordo uma fonte abordada por este jornal, é que a empresa e outras pessoas ligadas a Nunes ainda tentaram seguir-lhe o rasto na Fronteira do Aeroporto da Praia, mas não encontraram o seu nome na lista de passageiros que deixaram o país nesse dia, o que indicia que ele possa ter usado documentos falsos para conseguir os seus intentos. "Temos informações seguras de que Óscar Nunes viajou no sábado, 17, rumo a Dacar, levando consigo mais de dois mil contos", afirma a fonte que vimos citando.

Confrontada com essas informações, a direcção da Polícia Nacional explica que as autoridades de fronteira só podem impedir uma pessoa de sair do país mediante um mandato ou interdição passados pelos tribunais. Quanto ao facto dos Correios de Cabo Verde ou qualquer outra pessoa não ter conseguido confirmar o seu nome na lista de passageiros que viajaram naquele dia para Dacar, Carlos Graça esclarece que o departamento de Fronteira da PN, não tem autorização para divulgar o nome de nenhum passageiro.

"A PN não pode, de maneira nenhuma,

divulgar o nome dos passageiros que saíram do país - as agências de viagem e a TACV também não podem. E, neste caso, tudo aponta para que a pessoa tenha saído antes da empresa apresentar a queixa, que só aconteceu na segunda-feira. Neste caso, a PN nada podia fazer para obstar a saída de um cidadão e caso o fizesse poderia ser acusada de abuso de autoridade", assegura Carlos Graça. Entretanto, diz Graça, caso houvesse essa interdição, a polícia seria responsabilizada.

Óscar Nunes, 26 anos, é um jovem funcionário da Correios de Cabo Verde. Entrou e venceu um concurso para chefia e foi colocado na Estação dos Correios do Paul, Santo Antão. Há quatro meses este jovem, que tem mulher e filhos, foi transferido para São Domingos. Para os ex-colegas, Óscar Nunes era uma pessoa amiga e não aparentava grandes ambições, inclusive era desleixado no trabalho. "Era uma pessoa amiga e não era apegado a bens materiais. Não tinha nem a experiência e nem o profissionalismo das pessoas que trabalham na empresa há mais tempo. Talvez por isso, não tenha conseguido fugir à tentação do manuseamento de grandes somas de dinheiro".

Para outros, este é apenas um sinal de alguns erros que vêm sendo cometidos pela direcção dos Correios no que concerne à atribuição de responsabilidades de chefia, na maior parte das vezes a pessoas que não pertencem ao quadro da empresa. Talvez por isso, outras estações dos Correios, sobretudo na Praia, estejam sob suspeita. "Entra uma pessoa contratada, participa de um concurso e vai chefiar uma agência dos correios, em detrimento dos mais antigos que pertencem ao quadro da empresa. Com o Óscar foi assim. Em menos de cinco anos assumiu a chefia de uma estação e deu o golpe", dizem.

Para Filinto Santos, presidente do CA dos Correios de Cabo Verde, esta é uma falsa questão porquanto, por mais que se reforce o controlo, se a pessoa não é honesta não adianta. "É certo que a partir de agora vamos ter um controlo mais cerrado nas agências. Hoje, a empresa trabalha com muito dinheiro porque alberga agências da Caixa Económica de Cabo Verde e paga os pensionistas. Por causa disso, esporadicamente têm acontecido casos de desvio", remata Santos, para quem, embora não seja normal, é de se prever casos desses em lugares onde se trabalha com dinheiro.

Constância de Pina

# Chefe de Esquadra da PN no Porto Novo acusado de **envenenar subalterno**



O comissário da Polícia Nacional Orlando Garcia, chefe da Esquadra do Porto Novo, está a ser acusado por um seu subalterno, o subchefe Fausto, de tentativa de envenenamento com o intuito de o eliminar fisicamente. Tudo terá acontecido quando os dois se encontravam no cais daquela cidade e Garcia foi para casa com a desculpa de que precisava beber água. Regressou com metade de uma laranja na mão, que ofereceu ao colega. Mal comeu a fruta, Fausto começou a vomitar e Orlando Garcia recusou-se a levá-lo para o hospital, tendo-o inclusive abandonado na rua.

A esquadra da Polícia Nacional na cidade do Porto Novo, ao que **A Semana** apurou junto de vários elementos desta instituição, está a enfrentar uma situação complicada e de “stress permanente”, de acordo com palavras dos nossos entrevistados. Esta situação terá conhecido o seu ponto de explosão na tarde de sexta-feira, 23, com o 1º sargento Fausto a dar entrada no hospital, depois de ingerir metade de uma laranja que lhe ofereceu o seu chefe, o comissário Orlando Garcia. “Os dois estavam de serviço no porto quando o comissário pediu-lhe para ficar atento porque precisava ir a casa beber água. Garcia regressou com metade de uma laranja na mão e ofereceu-a ao subchefe. Fausto comeu-a e entraram na viatura da polícia. Depois de percorrerem uns 30 metros, Fausto começou a passar mal e pediu ao comissário para o deixar no hospital”, conta uma fonte.

De acordo com as nossas fontes, ao perceber que as intenções do seu chefe não eram boas, o subchefe abriu a porta da viatura e atirou-se para o chão. Fausto foi socorrido por um camião, que passava pelo local e o levou ao hospital. “Fausto chegou ao hospital a vomitar muito e com a tensão arterial muito elevada. Esteve todo o resto do dia internado e durante todo esse tempo o comissário não se preocupou em inteirar-se do seu estado de saúde. Mesmo depois que ele recebeu alta, Garcia não tentou falar com ele, o que demonstra que a sua intenção era eliminar o Fausto, que

foi notificado recentemente para depor em dois processos de peculato contra o comissário”, assevera a nossa fonte.

Instados a apontar mais detalhes dos alegados processos de peculato, as nossas fontes revelam que tais resultam de desvios de passaportes. Isto é, o comissário vendia impressos para emissão de passaportes e os montantes não eram repassados para a direcção central da PN. Num outro processo, Garcia terá alegadamente cobrado uma dívida de uma pessoa que embateu no carro da polícia e que tinha sido condenada a pagar uma multa de mais de 50 mil escudos. “Ele notificou a pessoa em causa e recebeu o valor determinado pela Justiça, mas não repassou o montante para os cofres da PN”, afirmam.

Por tudo isso, mas principalmente com receio das atitudes do comissário e em solidariedade para com o colega, desde sábado, todos os agentes da esquadra do Porto Novo optaram por trabalhar fora da esquadra, só os graduados de serviço estão na esquadra. Este facto foi comunicado à Procuradoria da República, conforme pudemos confirmar junto do procurador.

Entretanto, confrontado por **A Semana** com as demais acusações, o procurador optou por escudar-se no segredo de Justiça. “O processo está em segredo de Justiça e não posso falar do assunto até porque ainda não foi constituído arguido. Entretanto, sobre o alegado caso de envenenamento, ele é público porque a vítima foi para o hospital e muita gente aqui na cidade do Porto Novo percebeu

que se passava algo na Polícia”.

Manuel dos Reis confirma que recebeu uma comunicação dos agentes da polícia no Porto Novo, que se recusavam a apresentar-se na esquadra, enquanto o comissário estivesse a desempenhar as suas funções no município. Estes garantiam, no entanto, a execução do seu trabalho, enquanto agentes de trânsito e na garantia da ordem pública. “Internamente a Polícia Nacional tem os seus procedimentos e, de facto, estavam a prestar serviço fora da esquadra. E mais, tiveram o cuidado de comunicar o facto à a PR”, indica dos Reis.

Não foi possível falar com a médica de serviço que atendeu o subchefe Fausto. Mas, o director-nacional adjunto da Polícia Nacional, João Domingos de Pina, confirmou ao **A Semana** que, neste momento, toda essa história está a ser investigada a nível da Procuradoria da República, pelo que também ele está vinculado ao segredo de Justiça. Mesmo assim, adianta que até o momento a PN não tem nada de palpável em termos de elemento probatório para afirmar, com segurança, que houve ou não envenenamento.

“Efectivamente, existe uma denúncia de um eventual caso de envenenamento. Mas são as palavras da suposta vítima contra as do suposto acusado. Em volta disso, cabe às autoridades a nível da saúde, designadamente, pronunciarem-se com certeza sobre o que de facto terá acontecido”, afirma João Domingos de

Pina, lembrando que não existe nenhum laudo médico que o leve a acreditar que houve envenenamento. “Exactamente por isso, estamos a aguardar serenamente a decisão de MP, que está a averiguar os indícios probatórios para agir em conformidade”, completa o director nacional adjunto da PN.

Mesmo assim, Pina vai avisando que a PN não compactua com comportamentos que indiciam desvio de conduta e deslealdade para com o bom-nome que caracteriza a instituição Polícia. “Seja quem for que tenha cometido qualquer desvio, vai ter de assumir as suas responsabilidades. Esta direcção não terá nenhum pejo em tomar medidas mediante provas concreta. Exactamente por isso eu, na qualidade de DN Adjunto, desloquei-me a Santo Antão, acompanhado do Comandante Regional de São Vicente e de um comissário, que assumiu as funções que vinham sendo desempenhadas por Garcia interinamente”, avisa Pina, que aproveita para informar aos portonovenses que a esquadra passará por uma inspecção no sentido de se apurar responsabilidades.

Quanto ao comissário Orlando Garcia, afirma o nosso entrevistado, está suspenso do exercício das suas funções até a conclusão definitiva deste processo. Processo este que, a seu ver, resulta de quesílias que há muito vêm fustigando aquela esquadra, sem motivos plausíveis, e que beliscam o princípio da disciplina da Polícia Nacional.

Constância de Pina

## AUTÁRQUICAS EM SÃO FILIPE

*O MpD decidirá, até finais da próxima semana, quem vai ser o seu candidato à Câmara de São Filipe. Ou opta pelo deputado Jorge Nogueira ou Rui Évora, ex-governador civil da região Fogo e Brava. Mas a nível local é dado como mais provável que seja Nogueira a enfrentar, pela terceira vez consecutiva, o edil Eugénio Veiga, candidato do PAICV às municipais de 2008. Até porque hoje o cenário é diferente.*



## MpD pode concorrer com Jorge Nogueira

Depois de publicada neste jornal a sondagem da Publicom que dá vantagem à candidatura independente de Luís Pires à Câmara, o processo autárquico em São Filipe da ilha do Fogo conhece novos desenvolvimentos, com o MpD a ponderar se concorre com Jorge Nogueira ou se opta por Rui Évora.

Esta decisão será tomada, até finais da próxima semana, numa reunião da Comissão Política Regional, que contará com a presença do líder do maior partido da oposição, Jorge Santos.

**A Semana** está em condições de avançar que Jorge Nogueira surge como o favorito dos ventoinhas e de alguns sectores da sociedade civil do município de São Filipe na corrida autárquica.

*“Os dados vão nesse sentido. Jorge Nogueira tem uma relação efectiva com os eleitores, mas pretende manter-se fiel ao que tinha dito nas últimas eleições autárquicas, de que aquela seria a última vez que concorreria à Câmara de São Filipe. Nessa altura, Jorge justificou que tinha outros objectivos e metas a prosseguir.*

*Tem que ponderar sobre tudo isso e decidir”,* avança o coordenador do MpD no concelho.

Fausto do Rosário acrescenta que Rui Évora é um outro candidato à chefia da Câmara local, já que reúne consensos, em termos de credibilidade e competência, que ultrapassam a área do MpD.

O dirigente ventoinha assegura, no entanto, que a Comissão Política Regional não põe de parte a possibilidade de recorrer a uma terceira via, que consiste na escolha de um outro cabeça-de-lista às próximas eleições autárquicas que não seja nem Jorge

Nogueira nem Rui Évora.

É que, segundo a mesma fonte, o MpD está empenhado em conseguir um candidato que dê a S. Filipe a esperança em dias melhores, garanta uma gestão mais eficiente e perspetive o seu desenvolvimento.

*“São Filipe tem que mudar e sair deste ciclo de poder autárquico vigente, que tem prejudicado o desenvolvimento do concelho”,* critica Fausto do Rosário, para quem o município está desprovido de um planeamento coerente, capaz de perspectivar o seu desenvolvimento a longo prazo.

ADP

## Neves reúne-se com quadros e cabeças-de-lista em Porto Novo



O líder do PAICV, José Maria Neves, presidirá, no próximo dia 3, um encontro de quadros e dirigentes do seu partido no concelho do Porto Novo, Santo Antão. A reunião visa consensualizar os cabeças-de-lista à Câmara e Assembleia nas eleições municipais de 2008.

Este encontro de José Maria Neves com os quadros e dirigentes tambarinas do Porto Novo tem como propósito fundamental preparar, segundo o responsável local do PAICV, a máquina partidária para as eleições autárquicas de 2008.

Elísio Rocha salienta que esta reunião vai ser precedida de uma outra do conselho de sector do PAICV, que deverá reafirmar

os cabeças-de-lista à Câmara e Assembleia Municipais do Porto Novo no pleito eleitoral que se avizinha.

Sufragada que está a escolha de Emitério Ramos, actual director-geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, como candidato à Câmara, surge agora como novidade a proposta de Carlos Alberto Delgado, professor e ex-líder local do PAICV, avançar como o cabeça-de-lista à Assembleia Municipal.

*“Cacaí”,* como é popularmente conhecido, é mestre em língua e está preparando a sua tese de doutoramento que vai defender na Universidade da Beira Interior, Portugal. O mesmo poderá, segundo as

nossas fontes, vir a unir a família tambarina no concelho.

É que Carlos Alberto Delgado está mais próximo à sensibilidade do deputado Alberto Joséfá Barbosa, que *“tem tido uma posição crítica em relação à cúpula do PAICV e está um pouco marginalizado”,* por causa do seu alegado envolvimento na criação da sociedade imobiliária municipal, contestada pelo partido do governo.

Fontes deste jornal asseguram, no entanto, que a apresentação pública dos candidatos do PAICV à Câmara e Assembleias Municipais do Porto Novo só deverá acontecer em Janeiro de 2008.

ADP

## SANTO ANTÃO

## Ribeira Grande apresenta plano urbanístico

A Câmara Municipal da Ribeira Grande, através do seu presidente, Orlando Delgado, apresentou no passado sábado, 24, na Povoação, o "ante-projecto" do Plano de Pormenor Urbanístico e Ambiental daquela vila de Santo Antão. O plano, segundo Delgado, visa relançar a Vila como um dos centros económicos mais importantes da ilha.

A ideia, conforme o edil da Ribeira Grande, é preservar o património da Vila da Povoação e ao mesmo tempo conquistar mais espaços para melhorar a infra-estruturação dessa urbe. Uma iniciativa que, apela o edil, precisa da participação de todos, em particular as empresas privadas.

António Jorge Delgado, o arquiteto que concebeu o "ante-projecto" do plano – com o seu irmão Orlando de Jesus Delgado, a participar no sector ambiental –, disse, por seu turno, que vários aspectos foram tidos em conta para aproximar esse plano de pormenor urbanístico que "o máximo possível da realidade concreta da Vila da Ribeira Grande, como forma de evitar possíveis atrofamentos, na materialização futura do referido projecto".

O plano, para além de prever a construção de obras de correcção torrencial – por a Vila se localizar no desembocamento de duas das maiores ribeiras de Santo Antão – Ribeira Grande e Ribeira de Torre –, prevê ainda infra-estruturas rodoviárias, imobiliárias para o turismo, desporto, cultura, espaços verdes, de modo a salvaguardar o equilíbrio ambiental e de lazer.

Contactados por **A Semana**, alguns dos presentes mostraram-se satisfeitos com a apresentação do projecto. Houve contudo quem tenha manifestado dúvidas quanto à eficácia e materialização do Plano. "O Concelho nunca teve um Plano Municipal de Desenvolvimento. Porquê só agora, após 16 anos de governação da Câmara, vêm apresentar um 'Ante-Projecto de um Plano Urbanístico' da Vila da Ribeira Grande, sem orçamento, sem fontes de financiamento e sem 'timing' para seu início e conclusão?", questionou um munícipe.

MN



## SANTA CATARINA DO FOGO

## vai ter seu plano estratégico do desenvolvimento

O município de Santa Catarina no Fogo, que está a preparar o seu Plano de Desenvolvimento Municipal, debateu no último fim de semana as "perspectivas" que se colocam ao seu futuro. O encontro aconteceu na Vila de Cova Figueira e visou recolher subsídios para a elaboração do referido plano estratégico daquele concelho fogueense.

Na abertura do fórum, Silvestre Ribeiro, o segundo homem da Comissão Instaladora, incitou "todos os filhos e amigos do município" a darem a sua contribuição para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Municipal, que deve determinar como deve evoluir o concelho nos próximos 10 a 15 anos. Também fez um retrato de Santa Catarina, cuja elevação à categoria de concelho constitui, segundo afirmou, uma enorme conquista para a população local.

O PDM de Santa Catarina propõe aproveitar as potencialidades que o concelho apresenta no sector energético, apostando no uso de energias renováveis, através da instalação de um parque eólico. A valorização dos portos de Alcatraz e Fajã para que possam promover a pesca, o incremento do artesanato local e o aproveitamento das plantas endémicas para fins turísticos e terapêuticos são outros desideratos do concelho nos próximos 10 a 15 anos.

Estimular o turismo ecológico e os investimentos de emigrantes, bem como valorizar o vulcão enquanto atracção turística aparecem também como aspectos

a ter em conta para o desenvolvimento económico de uma região que se reivindica como uma das mais belas do país. Mas como a saúde dos homens e mulheres de Santa Catarina é fundamental em qualquer desenvolvimento sustentado, as propostas do fórum para o PDM vão também no sentido de requalificar o actual posto sanitário, transformando-o num centro de saúde reprodutiva. Mais, Santa Catarina quer um centro de saúde de raiz, com todas as valências da medicina moderna.

Além das propostas centradas mais nas potencialidades da agricultura e turismo, saíram do encontro recomendações para uma maior atenção às potencialidades humanas. Estas existem no município mas não têm estado a ser aproveitadas para o desenvolvimento desta autarquia, diz quem sabe.

Durante o fórum foram apresentados os painéis "O enquadramento histórico/geográfico e cultural do município e diagnóstico sócio-territorial", "Perspectivas de desenvolvimento do município - políticas e investimentos públicos" e "Abordagem teórica do planeamento estratégico/vocações territoriais", respectivamente por Carlos de Pina, Lívio Lopes e Jorge Rebeca.

No final do encontro, João Aqueleu Amado, presidente da Comissão Instaladora, defendeu "que é necessária a convergência de esforços, independentemente da opção política, com vista ao desenvolvimento do município". O edil

mostrou-se satisfeito com a contribuição e participação de todas os santacatarinenses de boa vontade e lembra que o futuro plano será do município e não da Comissão. Ao anunciar para Janeiro de 2008, um novo encontro para recolher mais subsídios para o PDM, Amado desafiou os quadros locais a porem Santa Catarina acima de tudo, independentemente da cor política a que pertençam e assim contribuir para o desenvolvimento deste município.

João Aqueleu Amado mostrou ao A Semana a sua preocupação face ao elevado número de habitações degradadas a requererem intervenção de fundo para que, de facto, cada morador de Santa Catarina tenha uma casa condigna.

Durante a semana que foi de festa em Santa Catarina da ilha do Fogo, que a 25 de Novembro celebra o dia da sua santa padroeira, esteve de visita a este município uma delegação portuguesa de Vila Nova da Barquinha, chefiada pelo edil Victor Bombeiro, na perspectiva de celebrar um protocolo de geminação e cooperação descentralizada com Cova Figueira.

Esse protocolo, que deverá ser assinado em Junho do próximo ano, abrange as áreas de educação e associativismo. A delegação permaneceu em Santa Catarina e participou nas festividades do Dia do Município, uma oportunidade para inteirar-se da realidade cultural, social e económica deste município.

Nicolau Montrond

## Porto Novo: O mundo rural em discussão

As potencialidades e fragilidades do mundo rural estiveram em discussão numa conferência realizada no passado sábado, 24, na Ribeira da Cruz, freguesia de Santo André, concelho de Porto Novo.

O acto de abertura foi presidido pelo edil do Porto Novo, Amadeu Cruz, que aproveitou para felicitar os jovens da freguesia que "têm dado sinal de grande dinamismo e criatividade na procura de soluções para os problemas" por que passam as populações rurais do Concelho. Um concelho que, pelo segundo ano consecutivo, enfrenta uma seca extrema, com graves consequências para uma população que vive maioritariamente da agricultura e da criação de gado. Uma situação que, segundo o edil portonovense, pede uma intervenção urgente dos decisores municipais e, principalmente, do Governo.

Amadeu Cruz afirma, no entanto, que "não devemos ficar só a espera do poder central", que é preciso procurar soluções, nomeadamente no sector privado. Cruz garante que nesse domínio há várias iniciativas, quer na indústria, quer no turismo, que irão potencializar o desenvolvimento do município.

A conferência iniciou-se com a apresentação do Plano Director Municipal (PDM), que esteve a cargo da equipa formada por técnicos cabo-verdianos e portugueses, responsáveis pela sua elaboração. Segundo Fernanda Oliveira, um dos responsáveis, o objectivo não foi apresentar o PDM - até porque não está ainda concluído - mas sim recolher subsídios que irão, ajudar na elaboração de um plano que melhor sirva Porto Novo. Foi apresentado o diagnóstico da situação actual

do Município, no que concerne às áreas de intervenção do PDM e os cenários de desenvolvimento do concelho para os próximos 12 anos.

Valter Silva, presidente da Comissão Organizadora, faz um balanço bastante positivo da conferência, uma vez que os objectivos foram atingidos. "Conseguimos debater questões que se prendem com a necessidade de dar um desenvolvimento sustentado ao mundo rural, nomeadamente através de uma agricultura consistente, um turismo adaptado ao meio e infra-estruturas que garantem um melhor aproveitamento das potencialidades rurais".

A conferência que teve lugar na localidade de Ribeira da Cruz enquadra-se nas Festas de Santo André, que se prolongarão até o dia 30 de Novembro.

RLM



# GREVE DOS JUÍZES. COM QUE PATROCÍNIO?

Recentemente o país foi confrontado com uma inédita notícia. De conformidade com a declaração da Associação Sindical dos Magistrados de Cabo Verde, estava marcada para os dias 9, 10 e 11 de Setembro, uma greve da classe e como justificação para a sua realização apontava um conjunto de reivindicações submetidas ao Governo, porém não atendidas por este e, por isso, caso não houvesse uma mudança nessa atitude, além da paralisação das suas actividades nas datas referenciadas, haveria lugar, por prazo indeterminado, uma greve de zelo.

Naturalmente que a nossa abordagem não será sobre o substantivo das reivindicações, pois, eventualmente, os Meritíssimos Juizes terão as suas razões para avaliá-las e valorá-las da forma como fizeram.

A questão que se coloca, todavia, é de se saber se é permitido Constitucionalmente aos membros de um Órgão de Soberania que, para fazer valer os seus direitos, faça recurso a um meio que, legalmente, só é permitido aos trabalhadores subordinados, ou seja, àqueles que trabalham por conta de outrem, nos termos definidos na Lei de Greve.

Efectivamente, temos muita dificuldade em compreender que os Senhores Juizes, membros de um Órgão Soberano, utilizem meios de pressão sobre um outro Órgão – Governo – também Soberano, os quais, entretanto, a Lei apenas reconhece como legítimos de utilizar os trabalhadores subordinados. Estarão os Meritíssimos Magistrados a porre-se, afinal, na dependência do Governo, quando são os próprios a exigirem deste o seu respeito? Bem, cremos não ser legítimo fazermos esta leitura, embora possa configurar-se verdade, pois, sendo especialistas na matéria em presença, cremos acreditar que não terão tido esse descuido material de tamanha monta.

Se, no entanto, nos arredarmos desse pensamento, então há lugar para perguntar contra quem seria a greve, uma vez que a sua realização visa obter a satisfação de direitos eventualmente negados pelo patronato. Mas, é o Sindicato quem afirma, na Comunicação Social, que tal se devia ao facto de o Governo não estar a dar satisfação às suas reivindicações, pelo que, em boa verdade, somos levados a ficar cada vez mais confusos.

Por outro lado, a ser considerado Constitucional, natu-

ralmente que somos levados a admitir que os membros dos outros Órgãos Soberanos, quais sejam, Deputados, Ministros e, até, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, também ficam legitimados a recorrerem à greve quando entenderem que os seus direitos estejam a ser negados. Aliás, em matéria salarial, bastaria o Sr. Presidente da República fazer exigência na sua actualização – sob ameaça de greve – para que os restantes membros dos Órgãos de Soberania, por via de indexação, ficassem satisfeitos, incluindo, como é óbvio, os Meritíssimos Magistrados.

Poder-se-ia compreender melhor a proposta da classe se as reivindicações tivessem sido apresentadas junto do Conselho Superior da Magistratura Judicial, entidade que, operacionalmente, julgamos, faz a gestão dos Srs. Juizes e que, na verdade, seria a mais indicada para dialogar com o Governo, igual por igual, pois, as Associações/Sindicatos não têm o estatuto que lhes confere tal igualdade. Mesmo em tal hipótese, todavia, não cremos que o recurso à greve por titulares de cargos tão distintos, quais sejam os Magistrados, seja socialmente aconselhável ou reconhecível. Convém, no entanto, não confundir a função do Juiz com a dos restantes trabalhadores da justiça que, naturalmente, têm todo o direito de reivindicar, até às últimas consequências, os seus direitos laborais.

Mas, mais do que isso, coloca-se a questão de legitimidade que, do nosso ponto de vista, extravasa o simples reconhecimento formal.

É de elevada importância decifram-se as razões pelas quais a Justiça seja o único Órgão não eleito, directamente pelo povo ou por via parlamentar, porém, Constitucionalmente reconhecido como um dos quatro Poderes Soberanos da República.

Do nosso ponto de vista, a transcendente importância que a própria sociedade atribui à **FUNÇÃO DE DECIDIR** sobre a vida dos seus membros, é que a levou a sequer permitir-se deixá-la vulnerável aos imponderáveis que caracterizam os votos dos cidadãos e, sendo assim, entendeu dever elevá-la ao patamar superior do Poder do Estado. É esta distinção Constitucional que faz dos Tribunais um Poder Soberano reconhecidamente legítimo, mas que, também por isso, exige dos seus membros comportamentos bem diferenciados dos da Administração Pública, estes

sim, subordinados do Governo.

Segundo alguns jornais da praça, a greve arrastaria, além dos Juizes e Procuradores da República, também Magistrados afectos ao Supremo Tribunal de Justiça, o que tornaria tal facto de uma complexidade de todo incompreendido e, até, intrigante.

A Constituição da República define o Supremo Tribunal de Justiça como órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais, administrativos, fiscais, aduaneiros e do tribunal militar de instância, ou seja, aquele que decide em última instância todas as questões que se colocam, inclusive aquelas que digam respeito ao pessoal interno.

Ora, então, como compreender que um órgão de soberania venha a pressionar, através de greve, um outro órgão que lhe é igual, a ponto de membros desse órgão com poder de decidir recusarem a trabalhar, quando, pelo contrário, deveriam estar a decidir sobre os próprios fundamentos e legitimidade da greve.

As prerrogativas dos órgãos soberanos trazem consigo responsabilidades acrescidas aos respectivos titulares numa proporcionalidade directa, pelo que não pode, em nenhum momento, transferi-las a outros, por se tratar de uma legitimidade imanada do povo, tal como, outrossim, reza o nº.1 do art. 209º da Constituição.

Além do mais, é a própria sociedade que, em face do respeito e consideração que a figura dos titulares de órgãos da soberania lhe merece, não avalia positivamente a discussão na praça pública de questões menores, mormente reivindicações de benefícios, por mais legítimas que elas possam ser. Para o cidadão comum, a postura desses titulares tem que ser exemplar, quanto mais não seja em contraponto do respeito que, de forma natural e quase inconscientemente, esses lhe despertam.

Não passou despercebido, no entanto, a total ausência de abordagem dessa questão na perspectiva supracitada, quer por membros do governo, quer pelos deputados, ou, tão-pouco, pelos partidos políticos. Das duas uma: ou nós é que estamos totalmente errados, e se assim é, nós penitenciamos-nos ou, então, o silêncio havido poderá, a seu tempo, dar outros frutos que de momento não conseguimos divisar.

Fausto Delacth Mendes  
Mindelo – S. Vicente



FOCS CONTAINER SERVICE LTD. Felixstowe



Transportes Marítimos, S. A.  
Rua Álvaro Castelões, 821 - 4º - sala 4 - 3  
J 4450-043 Malosinhos  
Telefone + 351 229364100 . Fax + 351 229364109

PORTOS / NAVIOS VG	"TERRY SIETE" 27/34	"TERRY TRES" 27/35	TERRY DOS" 27/36	"EIFFEL MOON" 27/37	"TERRY SIETE" 27/38	"TERRY TRES" 27/39
<b>ROTTERDAM / ANTWERP / FELIXSTOWE</b>						
AVEIRO	26 OUTUBRO	--	--	--	--	--
LEIXÕES	23 OUTUBRO	5 NOVEMBRO	--	--	13 NOVEMBRO	26 NOVEMBRO
LISBOA	--	7 NOVEMBRO	6 NOVEMBRO	7 NOVEMBRO	15 NOVEMBRO	28 NOVEMBRO
LAS PALMAS	30 OUTUBRO	11 NOVEMBRO	--	11 NOVEMBRO	19 NOVEMBRO	2 DEZEMBRO
S. VICENTE	3 NOVEMBRO	--	12 NOVEMBRO	--	23 NOVEMBRO	6 DEZEMBRO
PRAIA	5 NOVEMBRO	15 NOVEMBRO	--	--	24 NOVEMBRO	7 DEZEMBRO
SAL	--	17 NOVEMBRO	13 NOVEMBRO	15 NOVEMBRO	--	9 DEZEMBRO
BOAVISTA	--	--	--	17 NOVEMBRO	--	--
LEIXÕES	12 NOVEMBRO	25 NOVEMBRO	21 NOVEMBRO	25 NOVEMBRO	1 DEZEMBRO	16 DEZEMBRO

#### FEEDER PARA LAS PALMAS NOS NAVIOS DA "FRED OLSEN CANARIAS LINE" ABAIXO INDICADOS:

NAVIO	N.º VG	ETS ROTTERDAM	ETA L. PALMAS
OPDR CADIZ	420078	24 OUTUBRO	31 OUTUBRO
OPDR LAS PALMAS	421093	31 OUTUBRO	7 NOVEMBRO
FOCS TENERIFE	422086	7 NOVEMBRO	14 NOVEMBRO

#### AGENTES

ROTTERDAM		ANTWERP		LEIXÕES		LISBOA		LAS PALMAS	
Burger Liner Agencies, BV		De Keyser Thornton, N.V		Ninfetrans, Lda		Ninfetrans, Lda		Canarship, SL	
Phone	+31 10 5062555	Phone	+32 32053100	Phone	+351 22 9397969	Phone	+351 21 3942470	Phone	+34 928 270350
Fax	+31 10 5062731	Fax	+32 32053475	Fax	+351 22 9397960	Fax	+351 21 3971067	Fax	+34 928 221570
E-mail	estevens@burgergroup.com	E-mail	Brigitte.eeckels@multimodal.be	E-mail	ninf-lx@ninfetrans.pt	E-mail	ninf-lis@ninfetrans.pt	E-mail	
S. VICENTE		PRAIA		SAL					
<b>Polar, Lda</b>									
Phone:	+238 2318575 / +238 3219808	Phone	+238 2617177 / +238 2617224	Phone	+238 2414245 / +238 2414285				
Fax:	+238 2315642	Fax	+238 2614132	Fax	+238 2411345				
E-mail	polarsv@cvtelecom.cv	E-mail	polarp@cvtelecom.cv	E-mail	polarsal@cvtelecom.cv				



"UMA NOVA LINHA NA DEFESA DO IMPORTADOR NACIONAL"

# Considerações diversas sobre as Autárquicas de 2008 que já nos batem à porta

As Eleições Autárquicas que se realizam no País de quatro em quatro anos, desde a Abertura Política de 1990, vão repetir-se pela quinta vez, devendo ter lugar em Abril ou Maio de 2008.

Embora estejamos a cerca de meio ano de distância, já se notam sinais inquietantes de uma pré-campanha que promete ser agressiva, a avaliar pela movimentação antecipada de alguns actores políticos que com indisfarçado nervosismo, stress eleitoral e incontinência emocional, estão já adiantando o que vai ser a sua estratégia de luta, que por enquanto terá como palco privilegiado a Assembleia Nacional, porque ninguém quer perder o comboio autárquico. Diria até que já existe uma nítida subida da temperatura política, com indicações perceptíveis de que a disputa poderá atingir o rubro nas proximidades das eleições, o que si já é assustador.

O MpD, como vem declarando, partirá para as eleições convencido de que as vai ganhar, porque conquistou nas autárquicas anteriores uma confortável maioria de Câmaras Municipais. Portanto, aposta forte na vitória e tudo fará para atingir esse desiderato, porque sabe que se perder ficaria fragilizado por dentro e por fora do Partido e partiria para as Legislativas muito inseguro e vulnerável. Ora, sendo as Legislativas a sua maior aposta, é previsível que daqui até ao dia das eleições vá estar no terreno de forma bastante ferosa e agressiva. Mas provavelmente não repetirá o resultado que alcançou em 2004, embora possa manter grande parte das Câmaras que anteriormente possuía, sem contudo atingir a maioria absoluta.

A União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) pode vir a causar mais surpresa em S. Vicente e eventualmente estragar a festa a um dos dois “grandes” já confirmados na corrida à Câmara Municipal sanvicentina: os Drs. Onésimo Silveira e Isaura Gomes, que se candidatam pelo PAICV e pelo MpD, respectivamente. Na noite das eleições ninguém deve fazer festa excessiva, mas quem tiver motivos para a fazer, ainda que moderadamente, fa-la-á certamente tendo ao seu lado o Eng. António Monteiro, líder da UCID, o que desde logo pressupõe que não deverá haver maioria absoluta para ninguém. Assim sendo, Monteiro, como eventual “fiel da balança”, terá sempre uma palavra a

dizer e não deverá sair de mãos a abanar, porque uma coligação PAICV/MpD e vice-versa estará à partida fora de questão.

Assim, as eleições em S. Vicente vão despertar nos próximos tempos muito interesse e curiosidade geral, não só por ser a segunda maior Câmara Municipal do País em termos de população, mas também e sobretudo pelo perfil e carisma dos candidatos.

O PAICV, não obstante alguns problemas que teve, ou que está a ter, na escolha dos seus candidatos para as Câmaras Municipais de Santa Catarina (Santiago) e S. Filipe (Fogo), o que pode levá-lo a perder uma destas duas importantes Autarquias, ainda assim tem condições para ganhar um mínimo de 11 municípios, resultado esse que teria o sabor de vitória, enquanto que para o MpD saberia a derrota, pois seria o seu pior resultado em eleições autárquicas.

Este prognóstico, se vier a pecar será por defeito e nunca por excesso. A acontecer um resultado destes o PAICV, que vem praticando boa Governança, como é reconhecido por todas as pessoas de boa-fé, ficará muito bem posicionado para ganhar as próximas Legislativas, eleições onde normalmente este partido se sai melhor. Mas mesmo assim terá que trabalhar muito até lá, sem triunfalismo e sobretudo com humildade, pois na urna é que se decidem as eleições.

É todavia de lamentar, até é incompreensível, os “desaguisados” havidos na escolha de candidatos nas Câmaras Municipais atrás referidas, situação que não podia nem devia estar a acontecer nesta altura, que é quando a coesão partidária deve manifestar-se em força, pondo de lado eventuais ambições pessoais e cerrando fileiras em torno dos objectivos comuns que os militantes abraçaram. Com tantas boas notícias que o Governo está a anunciar aos cabo-verdianos, dir-se-ia que são boas prendas de Natal, precisa de ter uma máquina partidária a funcionar em boa sintonia, pois se assim não for fica difícil alcançar os objectivos eleitorais almejados para os próximos actos eleitorais (Autárquicas, Legislativas e Presidenciais).

Nestas Eleições Autárquicas, contrariamente ao que acontece nas Legislativas, pelo menos até à recente revisão do Código Eleitoral, podem e têm-se candidatado

Grupos Organizados de Cidadãos, em igualdade com os Partidos Políticos, para disputarem a governação das Câmaras Municipais, como são os casos da Ribeira Grande, Paul, S. Vicente, Sal e S. Nicolau, todos na zona Norte do País.

Em abono da verdade e, ressaltando um caso particularmente interessante e paradigmático, protagonizado pelo Dr. Onésimo Silveira na Autarquia de S. Vicente, deve-se dizer que a quase generalidade desses Grupos não acrescentaram mais valias à Democracia, pois actuaram sempre como apêndices dos maiores Partidos Políticos e com apoio declarado e assumido dos mesmos, o que deixa tudo na mesma. É certo que alguns fizeram bom trabalho, tendo granjeado o respeito e a consideração dos cabo-verdianos, mas por outro lado ajudaram a consolidar a bipolarização existente no cenário político do País e contribuíram para aumentar a abstenção, que continua em crescendo, situações estas pouco desejáveis em democracia, como é óbvio.

Por agora o que mais interessa é que as eleições decorram ordeiramente e que a Democracia e a Cidadania vençam. Mas, para que isso aconteça, necessário se torna que ninguém atire pedras a ninguém; que ninguém tente manchar injustamente a honra e a dignidade de ninguém; que ninguém tente enganar ninguém com promessas inviáveis forjadas à mesa do café; que se faça menos barulho e menos ruído; que não haja perturbação da tranquilidade pública e que se diga só a verdade nos comícios, pois é isso que os eleitores gostam de ouvir.

Os Partidos Políticos devem compreender que o eleitorado de hoje é diferente daquele que votou em 1991, quando a demagogia e a mentira entravam facilmente nas cabeças menos prevenidas dos eleitores. Hoje a situação mudou muito, porque a população ganhou mais consciência política e já está a compreender melhor o significado do voto que introduz nas urnas, a distinguir melhor o trigo do joio, a não comprar mais gato por lebre e a saber perfeitamente quem é quem. Tentar enganar os eleitores, usando todas as formas truculentas e fraudulentas que se ouve dizer, é tempo perdido, é “virar o feitiço contra o feiteiro”.

Praia, 26 de Novembro de 2007  
Jorge de Oliveira Lima

Sexta-feira, 30 de Novembro de 2007 **Asemana**

Ponto de Vista



## EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEL

### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artº, nº1 do Código das Empresas Comerciais, convocam-se os Accionistas da **EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEL – ENACOL, SARL**

Sociedade Anónima com sede na Cidade do Mindelo (São Vicente), República de Cabo Verde, pessoa colectiva nº 61715741842, com um Capital Social de 500.000.000 ECV (quinhentos milhões de escudos cabo-verdianos) para uma **Assembleia-geral Extraordinária**, a realizar na sua sede social, **às 10h00 do dia 18 de Dezembro de 2007** (3ª feira), na sequência das alterações accionistas em Bolsa de Valores, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise e aprovação de proposta de alteração dos Estatutos.
2. Proposta de alteração dos Órgãos Sociais.

Mais se informa que a proposta de alteração dos Estatutos (aos Artigos 16,19,20 e 21) se encontra à disposição dos Accionistas na Sede Social da Empresa.

Mindelo, 29 de Novembro de 2007

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

  
Dr. Victor Fidalgo

# Viva a terceira Idade

Começo por felicitar todas as instituições, os jovens, as crianças que vêm dando apoio à terceira idade, aqui na nossa Terra, Cabo Verde.

É um gesto humanitário, ajudar ou apoiar os que precisam e todos deviam exercitá-lo porque vejo neste gesto mais uma atitude que um sentimento. É a razão por que venho apelar a todas as instituições, quer estatais, empresariais, particulares, onde há aglomerações de cidadãos, estrangeiros, que para manter a ordem e um serviço tranquilo precisam fazer filas, tiragem de números, etc. Isto é desenvolvimento e regozijo-me por tal, pois é sinal de que o nosso país cada dia está em progresso.

Antes de fazer o pedido, queria esclarecer para muitos que não sabem, principalmente os mais novos, algo acerca da terceira idade.

- Porque é a idade da aposentação? - O governo reconhece, por lei, que as faculdades físicas e mentais já entraram em plano inclinado, gastos o suficiente para a função pública e outras, porque a produção começa a reduzir, as falhas ao trabalho mais frequentes, as indisposições e doenças aumentando, contribuindo para um certo prejuízo de produção.

Isso, porque o marco da terceira idade é caracterizado por uma acção contínua e diminuída dos neurónios, muitas vezes responsáveis pela produção das hormonas da endorfina, também responsáveis pelo equilíbrio da paciência, cansaço, bom humor,

reflexos imediatos, tudo o que estiver ligado, quer ao somático e principalmente quer ao psíquico duma pessoa da terceira idade.

Como consequência, as vertigens, as tonturas e outras indisposições mais, que lhe impedem ficar muito nas longas filas. A falta de paciência para esperar, a ansiedade de ver o assunto resolvido (o que origina por vezes o desequilíbrio de tensão arterial, a taquicardia, etc) muita coisa, que poderia citar, mas não vale a pena cansar o leitor. Que perguntem aos médicos entre os quais os psicólogos e psiquiatras. Há uma série de modificações orgânicas que provocam essas reacções e vice-versa.

Ora, assim decidi apelar para a vossa compreensão e talvez dar conhecimento para muitos que não devem saber.

Há dias, num desses aglomerados, esperando ser atendida, chegou uma terceira idade. Creio, que por ver tanta gente à frente dela, começou a ter alguns sintomas atrás mencionados, o que me deixou crer que foi despoletado pela impaciência normal da terceira idade.

Um CLIC. Aproveita a oportunidade.

Chamei muito discretamente uma das funcionárias e com um jeitinho de quem não quer a coisa falei. Olha, não sei se sabe que um dos benefícios da terceira idade é ter fila própria para ela, é claro, onde há possibilidades, ou ter prioridade no atendimento, como um direito adquirido. Para melhor

sensibilização, fui citando a Telecom e mais outros, onde há avisos, para que essa prioridade seja respeitada. Assim eu gostaria que isso fosse considerado para essa senhora, pois só de ver o número que lhe foi atribuído tão distanciado do que está sendo chamado, desequilibrou o seu estado psicológico e físico porque sofre de hipertensão.

Parabéns moça! Pela tua compreensão e actuação rápida e simpática.

- Obrigado, eu sinto vergonha de falar nessas coisas para não pensarem que estou tomando lugar dos outros.

Não minha querida, não estás tomando lugar de ninguém. É um direito teu e tens de usufruir dele.

Falei para os circunstantes, que compreenderam bem e rematei o assunto. Quando chegarem à terceira idade, compreenderão ainda melhor e dirão: bem-haja quem nos deu esse direito.

Terminando, gostaria e em nome da terceira idade que esse direito fosse respeitado e posto em prática, não só porque é um cumprimento da lei como é um gesto humanitário.

Se 3 ou 4 pessoas terceira idade aparecem de vez em quando nos aglomerados, mesmo sem ser de direito, não iriam prejudicar ninguém, que chegou primeiro, não acham?

Viva a terceira idade!!!  
Um abraço amigo, Milú Leite

## Urbanização Curraletes

Porto Novo - Santo Antão

A Cidade do Futuro

Lotes de Terrenos para  
Viverdas - Moradias Geminadas em Banda  
Moradias Geminadas em Gavoto



Reservas para comprar aqui o seu lote de Terreno:

1. Para a lotação dos terrenos para viverdas em Santo Antão, com área total de 1000 m<sup>2</sup>, a lotação é de 1000 m<sup>2</sup> por lote, com 1000 m<sup>2</sup> de área total.
2. Para a lotação dos terrenos para moradias geminadas em Santo Antão, com área total de 1000 m<sup>2</sup>, a lotação é de 1000 m<sup>2</sup> por lote, com 1000 m<sup>2</sup> de área total.
3. Para a lotação dos terrenos para moradias geminadas em Santo Antão, com área total de 1000 m<sup>2</sup>, a lotação é de 1000 m<sup>2</sup> por lote, com 1000 m<sup>2</sup> de área total.
4. Para a lotação dos terrenos para moradias geminadas em Santo Antão, com área total de 1000 m<sup>2</sup>, a lotação é de 1000 m<sup>2</sup> por lote, com 1000 m<sup>2</sup> de área total.
5. Para a lotação dos terrenos para moradias geminadas em Santo Antão, com área total de 1000 m<sup>2</sup>, a lotação é de 1000 m<sup>2</sup> por lote, com 1000 m<sup>2</sup> de área total.
6. Para a lotação dos terrenos para moradias geminadas em Santo Antão, com área total de 1000 m<sup>2</sup>, a lotação é de 1000 m<sup>2</sup> por lote, com 1000 m<sup>2</sup> de área total.

Infra-estruturas: ruas pavimentadas, redes de água, esgotos, electricidade e telefonia



Lotes a partir  
de 365 metros

Adquirir já o seu lote  
e pagar a prestação sem juros



Sociedade do Desenvolvimento Turístico e Urbano de Porto Novo - Tel. +358 222 8039 Email:sdur@portonovo.cv - www.sdur.cv

